



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE LUZIÂNIA
PEDAGOGIA

FRANCIMÁRIA GOMES DA CUNHA

EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Realidade e Desafios nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

LUZIÂNIA - GO

2018

FRANCIMÁRIA GOMES DA CUNHA

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Realidade e Desafios nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, pela Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Luziânia, sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Manoel Adão.

LUZIÂNIA - GO

2018

FRANCIMÁRIA GOMES DA CUNHA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL: Realidade e Desafios nos Anos Iniciais do Ensino
Fundamental**

Trabalho de Qualificação de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia defendido e aprovado em 29 de novembro de 2018, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Jorge Manoel Adão

Orientador

Profa. Dra. Divina Rita da Silva Gomes

Avaliadora

Prof. Dr. Tiago Gomes de Araújo

Avaliador

LUZIÂNIA

2018

Dedico este trabalho ao meu esposo Joelcimar, meu filho João Pedro, aos meus familiares, amigos e professores do Câmpus Luziânia da Universidade Estadual de Goiás – UEG, sendo eles pessoas de grande importância na minha vida, que contribuem para a minha formação acadêmica e profissional.

Agradeço a Deus, ao meu esposo Joelcimar João de Sousa pelo carinho e paciência, ao meu orientador Prof. Dr. Jorge Manoel Adão e a todos (as) que contribuíram para a realização dessa meta na minha vida.

“Cada dia a natureza produz o suficiente para nossa carência. Se cada um tomasse o que lhe fosse necessário não haveria pobreza no mundo e ninguém morreria de fome”.

(Mahatma Gandhi)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar a realidade e desafios da Educação Ambiental nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, considerando que a Educação Ambiental deve fazer parte da rotina diária das escolas, propiciando aos educandos um ensino mais significativo; especificamente, um estudo a partir do Centro Municipal de Educação Básica – CEMEB – Maria de Nondas, situado em Luziânia, estado de Goiás (GO). Tem como metodologia a utilização da pesquisa qualitativa, com a modalidade de pesquisa, o estudo de caso, por meio da técnica de pesquisa, a entrevista semiestruturada. A Lei nº 9.795 de 1999, no Artigo 10, aponta que a prática educativa precisa ser desenvolvida de modo integrado, contínuo e permanente; e, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) mostra que a Educação Ambiental é voltada para a problemática ambiental e a própria sobrevivência das espécies que compõem a fauna e a flora. No entanto, o ensino fundamental a partir do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 10.172/01, estabelece prioridade para o ensino fundamental a universalização do atendimento escolar, tendo acesso e permanência a todas as crianças na escola. Esse trabalho faz uma análise do tipo de Educação Ambiental concluído que está escola por meio das condições e parcerias vem desenvolvendo um trabalho relevante de conscientização da comunidade e dos alunos, mesmo não tendo funcionários suficientes para a execução desse trabalho na escola. O ensino e o respeito à natureza tornaram-se essenciais para a formação humana nesta escola, ou seja, contabiliza no bem mais valioso a vida no planeta e a convivência em sociedade.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Escola. Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

ABSTRACT

This work aims to investigate the reality and challenges of Environmental Education in the Early Years of Elementary School, considering that Environmental Education should be part of the daily routine of schools, providing students with a more meaningful teaching; specifically, a study from the Municipal Center of Basic Education - CEMEB - Maria de Nondas, located in Luziânia, state of Goiás (GO). Its methodology is the use of qualitative research, with the research modality, the case study, through the research technique, the semistructured interview. Law No. 9,795 of 1999, in Article 10, points out that the educational practice needs to be developed in an integrated, continuous and permanent way, and the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) shows that Environmental Education is focused on environmental issues and the very survival of the species that make up the fauna and flora. However, basic education based on the National Education Plan, approved by Law 10,172 / 01, establishes a priority for basic education to universalize school attendance, having access and permanence to all children in school. This work makes an analysis of the type of Environmental Education concluded that this school through the conditions and partnerships has been developing a relevant work to raise awareness of the community and students, even though they do not have enough employees to perform this work in school. Teaching and respect for nature have become essential for the human formation in this school, that is, it counts in the most valuable thing life on the planet and the coexistence in society.

Keywords: Environmental Education. School. Early Years of Elementary Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA	12
1.1 Breve histórico	12
1.2 Legislação	14
1.3 Conjuntura atual	15
2 ABORDAGEM TEÓRICA	17
2.1 Conceitos centrais.....	17
2.2 Referencial Teórico.....	19
2.3 Metodologia Utilizada.....	22
3 CONTEXTO, DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA PESQUISA	24
3.1 CEMEB - Centro Municipal de Educação Básica Maria de Nondas	26
3.2 Análise.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	37
APÊNDICE.....	40
APÊNDICE A - Entrevista.....	40
ANEXOS.....	44
ANEXOS – A - Carta de apresentação.....	44
ANEXOS – B – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	45
ANEXOS – C – Declaração de autenticidade.....	46

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental é fator hoje de muitas conquistas, mudanças e lutas que envolvem a qualidade do meio ambiente, sendo estas questões um processo que perpassa pela escola, pela comunidade, governantes e afins. Contudo, o agente transformador dessa questão está em saber conscientizar as pessoas de que os recursos naturais são esgotáveis; isto é, e o prejuízo são dos seres humanos. Cabendo aos educadores saber incentivar os alunos para que se atentem e se preocupem com a preservação do meio ambiente, fator este, de grande responsabilidade social em prol de ideais conjuntos.

Para Carneiro (2011), as práticas ecológicas possibilitam ver o crescimento e a conscientização das pessoas, pois, é por meio de ações conjuntas que entre a escola, alunos e comunidade que o meio ambiente vai sendo conservado. Pessoas conscientes geram pessoas responsáveis e participantes no meio em que vive.

Dessa forma, este estudo se justifica, pelo fato de que a Educação Ambiental contribui para a formação do cidadão, pois um educando quando consciente contribui para um desenvolvimento sustentável que propicie a recuperação do meio ambiente, onde, na escola a criança aprende a valorizar e a respeitar o meio em que vive e que se está inserida.

Assim, essa pesquisa visa conhecer e analisar a importância da Educação Ambiental nas escolas, pois as instituições de ensino possuem a tarefa de preparar as crianças para serem multiplicadores do conhecimento conscientizando seus familiares, comunidades e outros, a estarem também envolvidos nessa luta colocando em prática os conhecimentos adquiridos para o bem da sociedade. Assim, é levantada a seguinte problemática: Qual a importância da Educação Ambiental nas escolas como mentoras do saber consciente?

Com base nesses aportes, objetiva-se investigar a realidade e desafios da Educação Ambiental nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, considerando que a Educação Ambiental deve fazer parte do cotidiano das escolas, propiciando aos educandos um ensino mais significativo; especificamente, um estudo a partir do Centro Municipal de Educação Básica – CEMEB – Maria de Nondas, situado em Luziânia, estado de Goiás (GO). E, para tanto, será necessário atingir os objetivos específicos, que são os seguintes: (a) historicizar e conceituar a Educação Ambiental; (b) conhecer a realidade ambiental e educacional da escola; (c) apresentar, a partir de gestores e professores, a realidade e desafios da Educação Ambiental na escola; (d) e, descrever e analisar o que a escola implementa sobre esta temática, a partir do seu Projeto Político Pedagógico (PPP).

A escolha desse tema se deu a partir de observações feitas no CEMEB Maria de Nondas e na comunidade local, procurando saber como anda a responsabilidade social das pessoas com relação ao meio ambiente e a educação que esse tema gera nas escolas. Assim, moradores e professores da escola em questão, sugerem que há a necessidade de ser colocada nesta escola e em outras escolas do município de Luziânia – GO, uma educação voltada para o meio ambiente. Ou seja, a partir desse contexto busca-se apresentar a realidade de uma escola acerca da Educação Ambiental que é promovida na mesma.

Este trabalho conta com pesquisas de autores como: Carneiro (2011), Gil (2008), Loureiro (2009), Reigota (2009), entre outros; que fazem uma abordagem reflexiva sobre a Educação Ambiental como um todo, o que facilita a compreensão e o entendimento de todos. Estes autores fornecem suportes relevantes para a construção deste trabalho acadêmico. Em nível metodológico, esta pesquisa é qualitativa, possui como modalidade o estudo de caso e como técnica a entrevista semiestruturada.

O presente texto foi organizado em três capítulos: o primeiro capítulo apresenta “A Contextualização da temática”, tendo como subcapítulos: Breve histórico, Legislação e Conjuntura atual; O segundo capítulo apresenta a “Abordagem teórica”, fazendo abordagens quanto aos seus conceitos centrais, referencial teórico e metodologia utilizada; O terceiro capítulo aborda “O Contexto, descrição e análise da pesquisa”, CEMEB - Centro Municipal de Educação Básica Maria de Nondas, descrição da pesquisa, a pesquisa de campo e a análise. E, por último, as considerações finais, referências, anexos e apêndices que finalizam e concluem este estudo.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA

Na atualidade, o ser humano experimenta e vivencia um sério problema de desequilíbrio ambiental, acarretado pelo mau uso do ambiente pelas pessoas de um modo geral, no qual, a partir do avanço das tecnologias e também da globalização essa situação veio a piorar, pois o jogo de interesses está gritante entre os indivíduos. Com isso, a humanidade hoje está muito egocêntrica, consumista e violenta e essas consequências quem vem sentindo é o meio ambiente.

1.1 Breve histórico

A literatura mostra que uma das primeiras catástrofes ambiental ocorreu em meados de 1952, quando o ar extremamente poluído da cidade de Londres causou a morte de mais de 1.600 pessoas que ali moravam; desencadeando assim uma onda de percalços não só na Inglaterra, mas também em muitos países pela má qualidade ambiental na época. Em 1960 surgiu a primeira manifestação da população no Brasil em prol do respeito ao meio ambiente, sendo necessário também o trabalho de Organizações não Governamentais (OnG), sem fins lucrativos, que visam cuidar do mesmo em prol de novas realidades ambientais.

Neste contexto, a expressão Educação Ambiental começou a ser usada a partir da Conferência em Educação na Universidade de Keele, na Grã-Bretanha em 1965, sendo definido nesta data e local também que a Educação Ambiental fosse parte integrante da educação dos cidadãos; visando contemplar preceitos alicerçados na conservação e ecologia aplicadas. Assim, no Brasil Constituição Federal de 1988 apresentou pela primeira vez na história de uma Constituição brasileira do país um capítulo foi dedicado exclusivamente para o meio ambiente, concebendo-o com um bem comum a todos acarretando ao poder público a sua preservação e conservação para as gerações futuras (UNESCO, 1997).

Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, mais conhecida como Rio-92, estabelece que a Educação Ambiental deve permear o pensamento crítico, reflexivo e inovador, pois, qualquer pessoa em seu tempo e lugar pode promover a transformação e a construção da sociedade em si. O Brasil viu a relevância de uma educação voltada para o meio ambiente, com a efetivação da Conferência das Nações Unidas sediada na cidade do Rio de Janeiro para tratar de ações com incumbências centradas em chamado “Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global” (WWF/ECOPRESS, 2000).

Quintas (2000) aborda que o mundo atual possui um ser humano desnaturalizado e desumanizado porque ele se preocupa mais em “ter” do que “ser”, ou seja, no “todo poderoso”.

A partir do Renascimento, o ser humano passou a ter e a dominar a natureza, percebendo-a como mais um recurso para ser explorado em benefício próprio, esta dominação implica no trabalho, na subsistência de muitos povos. Diante desse fato, pensou-se como solução para os problemas ambientais à proteção das florestas; mas, sem atrapalhar com o avanço tecnológicos e afins, mas foi esquecido que, para que houvesse essa proteção florestal, era necessário o desenvolvimento de ações e condutas que viabilizassem uma melhor qualidade de vida, que estava ameaçada com o desmatamento constante.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - Unesco (1997), ocorreram alguns movimentos que beneficiaram o ambiente, como é o caso da Declaração da Conferência Intergovernamental de Tbilisi na Geórgia em 1977, que configurou a Educação Ambiental sobre uma ótica de colocar em risco a vida de várias espécies no planeta. O Congresso de Moscou, em 1987, que permeou que a Educação Ambiental, contaria com objetivos claros em prol das mudanças comportamental cognitiva e afetiva dos seres humanos. Esses movimentos elucidaram que se deve dar grande importância às questões para que seja mantida a vida no planeta.

A Lei nº 9.795 de 1999, em seu Artigo 10, veio contribuir que a prática educativa precisa ser desenvolvida de modo integrado, contínuo e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal; mas o parágrafo primeiro diz que a Educação Ambiental não era para ser implantada como sendo mais uma disciplina, e sim, estar integrada ao currículo de ensino. O que permitiu a extensa contribuição da Educação Ambiental com as demais disciplinas do saber, promovendo um alicerce capaz de mediar o ensino em meio aos processos de ensino e aprendizagem dos alunos (BRASIL, 1997).

Para que isso, acima abordado, venha a acontecer é necessário que haja comprometimento de toda a comunidade escolar, constituindo um elo de ligação e de manutenção dos projetos que beneficiam o equilíbrio ambiental mudando as formas arcaicas de pensar e de agir concebendo uma visão totalmente modificada e global do mundo e de tudo o que o cerca. Assim, a partir da transdisciplinaridade o ensino por si só já é capaz de proporcionar rupturas na maneira linear de ler e escrever o mundo pensando-o como um articulador de saberes que visam a sabedoria e o resgate ambiental (GADOTTI, 2000).

No entanto, os temas ambientais para as crianças dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental precisam contribuir e compartilhar os valores em e para a comunidade enaltecendo o processo e favorecendo o crescimento delas em meio as vivências e realidades de seu cotidiano; pois, assim, a criança passa a ser parte integrante e construtora de mundos,

através de atividades que irão permitir a preservação do meio ambiente embasadas pela reflexão e pelo comprometimento (BARCELOS, 2008).

1.2 Legislação

A legislação que garante a Educação Ambiental perpassa por mudanças, nas quais a humanidade atravessa uma crise socioambiental refletida pelo sistema capitalista gerado pelo excessivo consumismo, frequente de uma sociedade que vem limitando os recursos naturais para fins próprios, tendo uma falsa ilusão de que tudo no meio ambiente é renovável. Perceber que o ser humano faz parte da natureza já configura um grande passo, pois, esse cenário demanda soluções imediatas sendo preciso uma transformação no modo de pensar visando o agir; ou seja, tal fato gera inúmeras outras ações que estão relacionadas com o meio ao qual a pessoa está inserida. Neste âmbito do conhecimento, surge a então a Educação Ambiental, que concerne que tudo não passa de um ato político voltado para mover a transformação social e buscar uma ação que relaciona a humanidade a natureza e o universo (JACOBI, 2003).

Neste sentido, a Educação Ambiental se torna um componente essencial para a promoção da educação de âmbito nacional, isto é, articula os níveis e as modalidades de ensino interligando-a ao processo educativo que emerge tanto no caráter formal quanto não - formal.

Assim, a degradação do meio ambiente já acontece há muito tempo pelo ser humano e, diante disso, esse fato vem acompanhando os acontecimentos sociais e as questões que envolvem as pessoas, cria a Lei nº. 9.795 de 1999 que dá origem a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA. Esta Lei foi considerada como um norte na e para a legislação ambiental brasileira alçando voos cada vez mais altos e longos acerca dessa temática e do níveis e modalidades de ensino (LAYRARGUES, 2002).

Em meados de 1930, o Poder Legislativo brasileiro implementa novas leis que trabalham a preservação do meio ambiente, sendo uma dessas novas leis o Código Florestal (Decreto nº. 23.793 de 1934), que posteriormente foi trocado pela Lei Federal atual, a Lei nº. 4.771 de 1965. O Código das Águas foi criado em 1934 por meio do Decreto nº. 24.643; após esse Decreto veio o Código de Caça e o da Mineração, deste mesmo ano. Criou-se também a Lei de Proteção da Fauna e da Flora (Decreto nº. 24.645 de 1934). Na década de 1960, com o crescimento da legislação ambiental, foi sancionada a Lei nº. 4.504 de 1964 se tratando do Estatuto da Terra; a Lei nº. 5.197 de 1967 condizia com a Lei de Proteção da Fauna; do Decreto nº. 248 de 1967 tangencia a Política Nacional de Saneamento Básico e da criação do Conselho Nacional de Controle da Poluição Ambiental (SILVA, 2009).

A Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, por sua vez, destaca que os paradigmas sociais que norteiam essa questão ambiental produzem na ética do cuidado e nos princípios de corresponsabilidade, solidariedade, emancipação e afins, onde, isso constitui um instrumento importante de transformação social. A Educação Ambiental ganhou mais importância e espaço na atual legislação ambiental brasileira; pois a atual Constituição de 1988 na Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA (Lei nº. 6.938 de 1981) implementa essa importância mostrando que as questões ambientais precisam ser atendidas de imediato, ou seja, se as pessoas querem ter um futuro diferente. A Constituição Federal de 1988, no Artigo 225, inciso VI, que trata da Educação Ambiental, destaca que o dever do Poder Público na defesa do meio ambiente especialmente equilibrado precisa considerar a promoção da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino para até então, conscientizar a massa pública quanto a preservação do meio ambiente (BRASIL, 1988).

Segundo Silva e Leite (2008), a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) estabelece como ferramenta crucial para a mudança de pensamento social a exteriorização que a Educação Ambiental venha ser definida como uma das possíveis possibilidades e instrumentalização interdisciplinar que capacita e sensibiliza a população sobre os problemas ambientais no qual a humanidade vive atualmente. Assim, a PNEA se alicerça nos parâmetros voltados para as escolas, para os alunos, entre outros mais, bem como, a mesma possibilita a quebra de paradigmas em busca de uma consciência ambiental nova propiciando mudanças significativas, tanto âmbito individual quanto coletivo na sociedade atual.

1.3 Conjuntura atual

A Educação Ambiental nas escolas vem sendo fortalecida a cada ano, o que acomoda uma série de inovações de projetos e de replanejamento frente a essa temática. Isto é, a escola faz o seu trabalho social de conscientização da população e dos alunos quanto aos danos ambientais causados pelo homem, levando os mesmos a terem atitudes diferentes para empreender o resgate do ambiente que está tão degradado. As práticas educativas se voltam para as questões de conservação percebendo na mudança como sendo uma forma necessária para mudar, transformar, melhorar e conduzir o ensino ambiental nas unidades escolares concernindo a identidade de cada indivíduo.

Barcelos (2008, p. 08) salienta que o descontentamento e a não ação aceitação passiva do que está acontecendo no mundo é o que pode suscitar nossa criação imaginativa na construção de uma teoria crítica do que existe, e viabilizar sua recuperação; ou seja, a teoria ajuda a prática na realização de condutas que validam a concepção do mundo e de tudo o que o

cerca. Reconhecer-se como parte pertencente da natureza que produz e constitui histórias prevalecendo as iniciativas populares acerca das mudanças e das decisões que precisam ser tomadas para empreender ações quer acabe de fato com o desmatamento, com o uso o inconsciente da água, dentre outros mais, gerando assim, o contentamento das pessoas.

No entanto, Reigota (2003, p. 10) destaca que “se reconhecer como sujeito de história condiz com saber respeitar sua história e a sua individualidade”, ou seja, permite que seja construído uma história que difere das demais que conceberam a educação ambiental no passado, conduzindo a dualidade entre as diferenças e opostos possibilitando a mudança de opiniões, de representações, e também, de conhecimentos que validam a existência de cada ser humano lançado num espaço social, mas condizente com a história já vivida em outras gerações.

De acordo com Santos (2000, p. 26):

Necessariamente a prática da solidariedade está vinculado ao reconhecimento, a aceitação e a defesa do direito ao exercício da cidadania individual e do outro, e está diretamente ligada a ideia de diversidade cultural. A solidariedade só se torna possível na diferença, no diálogo com o outro e com a discussão positiva de suas ideias e aspirações.

Nas explanações de Santos (2000) é possível ver que a questão da solidariedade e do respeito às diferenças condizem com a sua forma de pensar acerca da diversidade cultural, que se interliga com o direito ao exercício da cidadania individual, mas resguardando o direito do outro de manifestar seu pensamento mesmo que seja diferente.

Assim, a Educação Ambiental, não se refere apenas a aquisição de conhecimento, mas possibilita um processo de mudanças de comportamento e de aquisição de novos valores e conceitos convergente as necessidades atuais do mundo, inter-relacionando-os as interdependências que visam estabelecer o ambiente social, cultural, econômico, humano e psicológico. Os conflitos naturais de diversas percepções condizem com a resposta do meio ambiente exigindo uma reconciliação e compreensão dos interesses dentro do princípio da oscilação das diferenças nos mais variados segmentos da sociedade civil organizados pelos entes governamentais e pela preservação da biodiversidade, discussões e afins.

É necessário incorporar a dimensão ambiental da educação no currículo escolar por ser relevante e por permitir as constantes atualizações que modernizam a realidade local trabalhando a Educação Ambiental, fazendo uso do conhecimento popular para embasar um ambiente significativo e equilibrado.

2 ABORDAGEM TEÓRICA

Neste capítulo é feita uma abordagem acerca das contribuições da Educação Ambiental nas áreas que envolvem a educação de um modo geral, ficando mais fácil a compreensão de cada tópico.

2.1 Conceitos centrais

A educação possui várias linhas de diferenciações, sendo Educação Ambiental, básica, fundamental e afins, possuindo algumas variações quanto a esses conceitos. O Brasil por ser um país federativo; ou seja, que compartilha o poder e autonomia relativamente a partir das circunscrições federadas com base em suas competências cunho próprios por meio de suas iniciativas. Com isso, o direito fundamental é próprio do homem, mas ele não é somente conduzido pela ordem jurídica, é sim, da necessidade do ser humano se empoderar frente ao mundo como um ser pensante e de direito. A educação, conforme Brandão (2005), envolve o poder, a riqueza e a troca de símbolos presentes em cada sociedade. A Educação aparece sempre que surgem formas sociais de condução e controle da aventura de ensinar e aprender.

Para Saviani (1994), a educação representa o meio que o ser humano tem de se apropriar da produção de conhecimento gerado ao longo da história pela humanidade, cultura, o que ele considera uma “segunda natureza”, pela história dos homens, que se formam como indivíduos e que produzem também coletivamente, novos conhecimentos. Assim, cada um poderá criticar a realidade e participar das mudanças que queira lutar.

Diante disso, educação, segundo Brandão (2005, p. 69):

É uma prática social da qual cujo fim é o desenvolvimento do que na pessoa humana pode ser aprendido entre os tipos de saber existentes em uma cultura, para a formação de tipos de sujeitos, de acordo com as necessidades e exigências de sua sociedade. E ainda afirma que, a Educação é um dos meios de realização de mudança social, assim tendo como finalidade a de promover a transformação social.

Nesses pensamentos de Brandão acima, a educação assume um papel socializador e de desenvolvimento do ser humano em meio a uma sociedade. Sendo um processo de transformação das qualidades humanas e a especificidade de cada cultura.

Seguindo essas explicações acerca de educação, pode-se entender que educação favorece o crescimento da pessoa quanto ser pertencente a uma sociedade. E, nessa linha de raciocínio é possível conceituar Educação Ambiental, de acordo com Ruscheinky (2002), como extremamente importante no século XXI, pois se necessita de uma reforma no sistema educativo atual, tornando-o capaz de acompanhar as velozes mudanças da sociedade e apoiando

a adoção de uma visão mais sistêmica que norteará as práticas pedagógicas. Para ter uma sociedade sustentável é necessária a democracia para gerar uma nova cidadania.

Já Acselrad (1992) relata que na medida em que tais princípios sejam observados e tenhamos clareza de que o meio ambiente é o suporte natural de vida e do trabalho das populações, estaremos restringindo de forma mais consequente à degradação do meio ambiente e, por consequência, assegurando os direitos dos cidadãos a vida e ao trabalho; irá interferir então na constituição do meio econômico, buscando inovações ambientais.

Assim, para entender a Educação Ambiental, fica claro que ela envolve tanto os cuidados com a terra quanto com a sustentabilidade do planeta como um todo, onde, as pessoas são responsáveis pelo seu amanhã e do planeta. No entanto, a sociedade precisa mostrar mais interesse com as questões ambientais.

Neste contexto sobre as variáveis da educação, a educação básica, segundo Brasil (1996), o Art. 22 da atual LDBEN estabelece os fins da educação básica: a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Trata-se, pois, de um conceito novo, original e amplo em nossa legislação educacional, fruto de muita luta e de muito esforço por parte de educadores que se esmeraram para que determinados anseios se formalizassem em lei. A educação básica torna-se, dentro do Art. 4º da LDBEN, um direito do cidadão à educação e um dever do Estado em atendê-lo mediante oferta qualificada. E tal o é por ser indispensável.

Para Brasil (1988), o Art. 205 da Constituição Federal estabelece que: a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Outro quesito que merece atenção se refere ao Ensino Fundamental, que é obrigatório, gratuito e de nove anos, seu acesso tem se tornado cada vez mais fácil e universalizado, garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990) e pelo Código Penal e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB, Lei nº 11.494/2007). Assim, o Ensino Fundamental a partir do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 10.172/01, estabelece como prioridade para o Ensino Fundamental a universalização do atendimento escolar, com a garantia de acesso e permanência de todas as crianças na escola. Concomitantemente, o Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE, propõe ampliar para nove anos a duração do Ensino Fundamental obrigatório com início aos seis anos de idade, à medida que for sendo universalizado o atendimento na faixa dos 7 aos

14 anos. O Ensino Fundamental de Nove Anos não é objeto de consenso na área educacional (BRASIL, 2006).

Portanto, a educação básica no Brasil tem ganhado bastante relevância se comparada aos anos anteriores à Constituição Federal de 1988, não sendo fácil entender e nem tão pouco, analisá-la porque existem muitas contingências que a cercam, onde, vários fatores que a determinam têm sido objeto de leis, políticas e programas nacionais, alguns dos quais em convênio com órgãos internacionais.

2.2 Referencial Teórico

As questões humanas muitas vezes são singulares, onde, para que seja construído uma sociedade mais digna e sustentável se faz necessário entender e compreender a importância que o ambiente representa para a vida das pessoas. Isto é, sem o mesmo, é impossível haver vida no planeta, o que mostra a necessidade de implantar nas escolas uma educação voltada para o ambiente, resgatando as nascentes, o ar, as florestas, dentre outros aspectos. Isso gera um verdadeiro desafio à população que precisa estar consciente dos seus deveres com o meio ambiente promovendo ações que podem ser iniciadas em suas casas, comunidades, cidades, países e afins, estando apto a atrair mais pessoas para juntos criar um país diferente e mais significativo de se viver, Dias (2004, p. 523) afirma

A Educação Ambiental se tornou um processo permanente que envolve os indivíduos e a comunidade influenciando-os a tomarem consciência do seu meio ambiente em prol de condutas que os façam adquirir novos conhecimentos, habilidades e determinação para promover ações que venham a contribuir a conservação e resolução dos problemas ambientais tão corriqueiro em nossas vidas.

Diante das explicações desse autor, fica claro perceber a importância do papel da sociedade para empreender o resgate do meio ambiente, criando debates, conversas e afins para que seja visto uma maneira de conservar o que pertence a si próprio. Isto é, incutir nas pessoas noções de cuidados e de conservação para que os recursos naturais sejam melhor aproveitados.

Assim, os valores e habilidades, de acordo com Dias (2004), são aqui colocados para que a escola crie práticas educacionais em campo, para que eles percebam as necessidades do meio ambiente, dos animais, do ar, entre outros, buscando parcerias que ajudem a cuidar e preservar o que a natureza nos dá com tanto prazer, sendo viável a vivência do aluno para que o mesmo tome consciência de que isso tudo pode vir a acabar por completo se não for tomada nenhuma atitude agora. Assim, as unidades de ensino podem utilizar projetos em torno do meio ambiente como um fator para que ocorra a tomada de consciência frente a uma prática significativa.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 1997) mostra que a Educação Ambiental é vista mediante uma abordagem voltada para o processo educativo que se centra na problemática ambiental visando concretizar e reforçar valores que estabelecerão o bem-estar geral e a própria sobrevivência das espécies que compõem na fauna e a flora. Portanto, é preciso aproveitar o interesse e boa vontade dos educandos, levando-os a constantes reflexões acerca da prática ambiental e do seu cuidado, fazendo com os mesmos realizem boas reflexões de âmbito imediato e também, voltado futuro. Desse modo, é crucial compreender e saber que a comunidade escolar precisa adotar uma postura criativa para trabalhar com o aluno de forma diferente; ou seja, abordando a Educação Ambiental dentro e fora da sala de aula, contribuindo para o processo formativo dos cidadãos sociais de cunho consciente.

Seguindo essas colocações, as práticas ambientais educativas, de acordo com Oliveira (2000), devem permear condutas que trabalhem o processo educacional permanente em parceria com a Educação Ambiental para melhorar as questões ambientais. O que permite que seja respeitado as mais diferentes formas de vida no planeta, onde a formação da sociedade tem que ser justa, ecológica e equilibrada frente a um ensino novo, mas voltado para a solidariedade e para o respeito as diferenças. Esse processo precisa ser iniciado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, pois, a possibilidade de construir e favorecer uma educação integral e ampla é mais fácil o que caracterizará na transformação do meio social que se refletira também no ambiente como um todo.

Entretanto, é nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que as crianças são mais abertas as descobertas, cabendo aos educadores introduzirem a questão ambiental de forma natural nas aulas, de modo a sensibilizá-los, motivando-os a estarem em constantes situação de renovação e de aprendizagem. Assim, favorecerá a tomada da consciência ambiental permitindo que o respeito a natureza seja integrado nas condutas do dia a dia. Buscando também a parceria dos pais, vizinhos, demais familiares, educadores e comunidade, para juntos conservarem o meio ambiente que tanto precisa da ação e cuidados humanos (OLIVEIRA, 2000).

A UNESCO (1997) afirma que na falta de cuidados, o planeta vai ficando doente e incapaz de se regenerar-se acarretando no seus desgastes e escassez de seus recursos naturais; aparecendo então os problemas ambientais bem visíveis nos dias de hoje, sendo que a água, o solo, o ar, a fauna e a flora são exemplos de problemas ambientais bem frequentes. Esses problemas acarretam na decadência do planeta e do próprio ser humano, pois sem eles as possibilidades de vida na terra são mínimas. Assim, com a Revolução Industrial no século XIX, veio junto o crescimento econômico e também populacional causando um grande aumento de

pessoas, acarretando que fossem tomadas medidas emergentes para resolver essa situação, onde, incentivou a revolução tecnológica em prol do consumismo exacerbado gerando pessoas totalmente dependentes das tecnologias para sobreviver e vice-versa.

Dessa forma, Guattari (1990, p. 55) destaca que:

A subjetividade, por meio das chaves transversais se instaurou de tal forma que o mundo do meio ambiente, dos grandes agenciamentos sociais e instrucionais das paisagens como um todo criam fantasmas que habitam entre nós nas mais íntimas esferas do indivíduo, concretizando que a reconquistas em outros campos da vida vem contribuindo para que seja evidenciado também os problemas do ambiente por causa da ganancia de alguns.

Estas colocações de Guattari, acima citadas, mostram que a população precisa pensar melhor em suas escolhas, percebendo que suas conquistas geram também desgastes a outros setores, o que gera uma bola de neve de grande proporção que ele será incapaz de solucionar no futuro. Assim, as pessoas em conjunto com os governantes necessitam estarem atentas aos sinais que o meio ambiente mostra que sua saúde não é mais a mesma de anos atrás.

Carvalho (1998, p. 21) enfatiza que “abster-se da maneira da organização e da produção de conhecimentos que integram diferentes dimensões dos fenômenos enraizados na sociedade”; onde, é necessário que a Educação Ambiental aconteça havendo a necessidade de que o saber seja interdisciplinar e integre todas as áreas do conhecimento mobilizando a ação social. Há a relevância de se entender e de se fazer uso equilibrado dos recursos naturais ajustando as relações do homem com o meio, visando, dessa forma, uma sobrevivência mais equilibrada e significativa.

Souza (2000) afirma que o estreitamento das relações entre homem e meio ambiente provoca uma série de mudanças, que são capazes de permitir a conservação do meio ambiente principalmente no período escolar, sendo nesta fase também que os alunos estão mais propensos a ajudar e a acolher o meio ambiente. No entanto, esse desafio por sua vez, acomoda uma experiência social, cujo fatos precisam fazer parte também da realidade local da comunidade ou da cidade para que os resultados sejam favoráveis a natureza e ao ser humano.

A Educação Ambiental na unidade escolar deve alicerçar os conteúdos ambientais em meio a muitas situações problemas buscando sempre integrá-las a sua realidade local, contextualizando-as. Perceber e discutir os problemas ambientais como fatores que podem depredar a própria saúde ocasionando na busca constante de um ideário comportamental diferente que seja capaz de modificar-se constantemente.

2.3 Metodologia utilizada

Neste estudo, o tipo de pesquisa qualitativa, de acordo com Severino (2007, p. 123), refere-se a busca de levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto. A modalidade de pesquisa é o estudo de caso, e entrevista semiestruturada como técnica de pesquisa. Para Severino (2007, p. 124-125), as técnicas de pesquisa são as seguintes: documentação, entrevista, entrevistas não-diretivas, entrevistas estruturadas, história de vida, observação e questionário.

Para Lakatos e Marconi (2003, p. 63), “a pesquisa qualitativa condiz com a forma de interpretar e qualificar os dados”. Gil (2010, p. 85) afirma que “a pesquisa qualitativa inicia de um problema para a ação”, onde, tais colocações dos autores acima sinalizam que uma ação quando bem coordenada permitem que dados sejam melhor aproveitados que concernem a um consenso comum.

Conforme Vergara (1998, p. 46), pesquisa bibliográfica se relaciona ao “estudo sistematizado embasado em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas”; para Gil (2010), pesquisa bibliográfica “tangencia em analisar materiais já publicados e de diferentes formas de registros”. Assim, estas compreensões de pesquisa favorecem poder analisar diferentes materiais impressos e fontes no geral, sendo que a pesquisa bibliográfica faz uso de fontes de pesquisa de materiais criados por outros escritores ligados ao trabalho.

A entrevista semiestruturada, segundo a abordagem de Gil (1999, p. 59), “entrevista refere-se a uma técnica que envolve a coleta de dados”. De acordo com Triviños (1987, p. 62), “a entrevista semiestruturada possui características próprias fazendo uso de perguntas abertas e fechadas para colher os dados”. Esses conceitos apoiam as teorias e as hipóteses que concretizam a pesquisa, pois, uma entrevista semiestruturada pode associar perguntas abertas e fechadas, dando ao entrevistado maiores condições para fundamentar o estudo e colher os dados para o estudo.

Esta pesquisa faz uso do estudo de caso em que Lakatos e Marconi (2003, p. 186) “refere-se à observação de fatos e também dos fenômenos da forma como os mesmos ocorrem espontaneamente”. Segundo Gil (2010, p. 58), “caracteriza um estudo profundo de muitos ou poucos objetos, de modo a permitir a aquisição do seu conhecimento”. Desse modo, o estudo de caso perfaz uma forma de conceber um conhecimento amplo e bem direcionado favorecendo o alcance dos objetivos predeterminados.

Os participantes da pesquisa foram os professores da escola campo que trabalham a questão ambiental em sala de aula. Como procedimentos para a pesquisa de campo, foi realizada

uma visita na escola fazendo o levantamento das turmas e solicitando autorização à direção da mesma para realização da pesquisa e também, para a entregar a carta de apresentação as educadoras participantes deste estudo contribuindo a construção dos dados.

3 CONTEXTO, DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA PESQUISA

Este capítulo tem como objetivo, como diz o título: fazer uma contextualização da pesquisa de campo, a partir de uma diagnose social da escola campo, juntamente com a descrição e análise da pesquisa de campo.

Conforme os dados do IBGE (2016), a cidade de Luziânia, localizada no Estado de Goiás, é o 5º município mais populoso do Estado, ou seja, com a população de 196 864 habitantes, ficando atrás somente da capital Goiânia, e dos municípios de Aparecida de Goiânia, Anápolis e Rio Verde. Este município pertence a região do Entorno do Distrito Federal, por que sua proximidade com a capital federal é 58 km, tendo como principal acesso a BR-040, a mesma rota que liga Brasília, o estado de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

O município de Luziânia possui o PIB de R\$ 2 bilhões, esses dados são do IBGE em 2012, considerada a 9ª maior da economia do Estado de Goiás. No ano de 2005, foi criado nesta cidade o Programa de Desenvolvimento Econômico de Arranjo Produtivo Local (APL) de Fruticultura. Assim, o programa está ocasionando uma assessoria técnica e tecnológica que ajuda cerca de 91 propriedades locais rurais, pois, 120 pessoas participaram de cursos de formação na área de informática básica, fazendo a inclusão digital desse projeto junto aos filhos dos agricultores.

No entanto, o Programa de Desenvolvimento Econômico de Arranjo Produtivo Local (APL) promove um plano de desenvolvimento sustentável para esse município e região, onde, promove também, um estudo de pré-viabilidade econômica da plataforma comercial de fruticultura para essa cidade. Esse mesmo programa perfaz uma iniciativa do Ministério da Integração Nacional, que tem como parceiros a Federação das Indústrias do Estado de Goiás, Senai e Instituto Euvaldo Lodi, contando também com o apoio da Central de Associações de Produtores Rurais, Agência Rural, Sebrae, Secretaria de Planejamento e prefeitura de Luziânia. O recurso do projeto gira em torno de R\$ 330 mil, com intuito de atender 40 associações rurais que somam mais de 2 mil produtores rurais.

Outro fator de grande relevância nesta cidade, se relaciona ao seu comércio, pois, possui um comércio dinâmico e promissor, por ser uma cidade do Entorno de Brasília, isto é, tem por volta de mais de 4 mil estabelecimentos comerciais variados entre produtos e serviços. O âmbito de alimentos e bebidas assinalam cerca de 15% dos estabelecimentos do comércio. Em 2012 foi inaugurado o Luziânia Shopping, dando um impulso ainda maior em seu comércio, contando com espaço de entretenimento, comodidade, praticidade e lazer no próprio município, podendo ser supridas suas necessidades aqui mesmo na cidade. Luziânia conta ainda com redes

de supermercados como Leão, Qui bom, entre outros, abrigando o shopping de Luziânia com arquitetura moderna, integrada a dois edifícios residenciais; e também conta com várias lojas no decorrer dos seus três pisos, como: lojas Marisa, Lojas Americanas, o Cinema Lumière, o Cartório civil e afins, são exemplos de estabelecimentos que funcionam no local.

No que se refere ao Ensino Superior, este município possui o Câmpus da Universidade Estadual de Goiás, a UEG, com cursos de Administração e Pedagogia; além do Unidesc - Centro Universitário de Desenvolvimento do Centro-Oeste, que é uma entidade privada. Conta ainda com um Câmpus do Instituto Federal de Goiás, o IFG, com cursos técnicos integrados ao Ensino Médio (nas áreas como: edificações, química e informática para internet). O IFG detém a autarquia de uma faculdade, com cursos superiores de Licenciatura em Química e Bacharelado em Sistemas de Informação. Já no ensino médio e ensino fundamental, contam vários colégios públicos que são ofertados a comunidade.

Na área de esportes, Luziânia possui clube profissional de futebol, a Associação Atlética Luziânia, a principal praça de esportes da cidade é o estádio Serra do Lago, com capacidade para 21.564 pessoas. Na área de lazer, tem a estátua do Cristo, a Igreja do Rosário, Igreja Matriz, Cruz do Desbravador, Academia de Letras e Artes do Planalto, Casa da Cultura, Estátua do Cristo, Praça das Três Bicas. No âmbito das comunicações, esse município goiano, conta com a TV da Rede Anhanguera, afiliada à Rede Globo, a TV Anhanguera Luziânia, que opera no canal 22 UHF desde 1995 em sinal analógico e no canal de 16 UHF em sinal digital desde agosto de 2010. A emissora atende as Microrregiões do Entorno do Distrito Federal, como Águas Lindas de Goiás (canal 22), Cristalina (canal 09), Formosa (canal 07), Padre Bernardo (canal 34), Planaltina (canal 54), Santo Antônio do Descoberto (canal 48), Valparaíso de Goiás (canal 22.1). E no rádio, possui estação Luziânia FM, que opera na frequência 98,1 MHz desde junho de 2011.

Na parte Administração, tem como atual prefeito Cristóvão Vaz Tormin, filiado ao Partido Social Democrático, reeleito em 2016 para mais quatro anos de gestão. Na Câmara Municipal trabalham os seguintes vereadores: Carlos da Liga, Diretora Ana Lúcia, Eliel Júnior, Luzia Diretora, Murilo Roriz, Professor Rubão, Professora Jaqueline, Dr. Dênis Meireles, Valdirene Tavares Dioscler, Mardônio, Aldenor Júnior, Boaz Albuquerque, Gleide, Felipe do Mandú, Everaldo Meireles, Zezinho do Açougue, Zé Paulo, Zé Maria e Paulinho Cabeleireiro.

Assim, na parte dos serviços públicos, como transporte coletivo, fica a cargo das empresas Transcoluz (dentro do município e Jardim do Ingá) e para o transporte inter-regional que liga Luziânia ao restante da região do entorno do Distrito Federal, fica à mercê das empresas Central Expresso e G-20. O Transporte rodoviário possui destino à capital goiana, e

também Catalão, Cristalina e Caldas Novas, por parte das empresas de viagens que atuam em Luziânia: Santa Luzia, Transleles Transporte e Turismo, Alfa Viação Transportes, Emtram – Empresa de Transportes Macaubense, Expresso Araguari, Viação Anapolina e outras diversas empresas.

A área da saúde da rede pública é composta por três hospitais públicos: o CAIS, o Hospital Regional de Luziânia (fechado para reforma) e o Hospital Regional do Jardim do Ingá; duas Unidade de Pronto Atendimento (UPA); uma Clínica de Especialidades; uma Clínica de Psicologia; vinte centros de saúde e 17 Unidades Básicas de Saúde (UBS) em construção; um Centro de Atenção Psicossocial – CAPS. Mas em relação à rede privada de saúde a cidade conta o hospital - Hospital Santa Luzia e a Policlínica - Policlínica Luziânia, contando com várias clínicas particulares no município. Esta cidade é uma cidade que está se estruturando cada vez mais, rumo ao desenvolvimento social.

O bairro Engenheiro Jofre Parada de Luziânia se liga entre as principais avenidas e ruas com outros pontos da cidade, bem como, essas ruas dão acesso ao CEMEB – Centro Municipal de Educação Básica Maria de Nondas está localizado na rua Cristalina, quadra 18, área especial S/N, Bairro Jofre Parada, Luziânia – Goiás.

Esse é um bairro que está em constante mudanças, por acomodar pessoas muito carentes e de média renda, mas o mesmo conta com padarias, escolas, salão de beleza, quadras poliesportivas, supermercados, farmácias, dentre outros, o que conota modificações e estruturas que estão sempre acontecendo (Dados retirados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016).

3.1 CEMEB - Centro Municipal de Educação Básica Maria de Nondas

O CEMEB – Centro Municipal de Educação Básica Maria de Nondas está localizado na rua Cristalina, quadra 18, área especial S/N, Bairro Jofre Parada, Luziânia – Goiás, Telefone 3622-1359, e-mail: cmebmariadenondascaic@gmail.com. Ele é mantido pela Prefeitura Municipal de Luziânia e administrado pela Secretaria Municipal da Educação de Luziânia. Esta instituição oferece Educação Infantil (creche e pré-escola), (1º ao 5º ano) Anos Iniciais do Ensino Fundamental e o horário de funcionamento no turno matutino é das 07h15min às 12h15min e o do turno vespertino das 12h30min às 17h30min, e a Creche Integral das 07h15min às 17h30min.

Esta escola e seu processo de ensino e aprendizagem funcionam da seguinte maneira: O regimento de ensino do CEMEB está de acordo com a atual Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional; Resoluções Municipais, Regimento Escolar Interno, programas federais, projetos próprios, e Portarias criadas pelo Conselho Municipal de Educação.

Conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP, 2018), os principais objetivos pedagógicos existentes na escola são:

Desenvolver Projetos interdisciplinares (datas comemorativas) diversos que visam uma maior aproximação entre as disciplinas proporcionando assim uma maior absorção dos conteúdos por parte dos alunos;

Realizar atividades pedagógicas pautadas em sequências didáticas para Infantil II, 1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos do ensino fundamental. Este trabalho visa uma maior aproximação do aluno dentro dos conteúdos trabalhados obedecendo a uma sequência que proporciona melhor absorção dos conteúdos por parte dos mesmos;

Realizar Projetos de Leitura e contação de história. Consiste em atividades de leitura, expressão oral e corporal como forma de despertar o gosto pelos livros. Esses projetos serão voltados para as turmas desde creche I ao 5º ano do ensino fundamental;

Desenvolver Projeto de leitura e escrita. Visa estreitar laços entre pais e alunos, como forma de despertar o gosto pela leitura em família;

Realizar o Projeto Reciclando, brincando e aprendendo. Consiste em ações que visam o cuidado com o meio ambiente, reaproveitando materiais recicláveis para confecção de brinquedos. Voltado para os alunos de Educação Infantil, 1º ano, 2º ano e 3º ano do Ensino Fundamental;

Incluir o Projeto Mãos que falam: Consiste em um trabalho com a Língua de Sinais visando à interação dos pais surdos com a escola. Este projeto será desenvolvido com toda a comunidade escolar;

Integrar Jogos coletivos (implantação do recreio coletivo). Visando a interação entre as turmas e uma melhor disciplina;

Aplicar o Projeto Semana da Criança em busca de uma melhor valorização da escola e fortalecimento da relação professor aluno em todas as turmas do Ensino Fundamental e Educação Infantil;

Desenvolver o Projeto Dia da Família na Escola: Consiste em realizar um trabalho que promova a superação da distância entre escola e família tendo como meta que os mesmos contribuam na vida escolar e melhoria da qualidade de ensino-aprendizagem de seus filhos. Será feito um dia festivo no dia 06 de outubro.

Realizar o Projeto Feira cultural (01 de setembro). Consiste na busca de uma maior aproximação da família com a escola, bem como no resgate da cultura brasileira. Toda a escola será envolvida;

Implementar o Projeto formação continuada. Visa favorecer a todo o corpo docente um momento coletivo de estudos. Essa atividade acontecerá toda quarta-feira e toda a escola é envolvida;

Implementar o Projeto de combate à dengue. Consiste em ações voltadas para a conscientização da comunidade escolar em relação à prevenção e combate ao mosquito *Aedes aegypti*. Voltado para toda a escola;

Desenvolver o Projeto alimentação saudável. Consiste em ações de conscientização em relação a uma boa alimentação como fonte de energia e saúde. Voltado para alunos das turmas de infantil I, II, creche II A e B, 1º ano C e D e B e 2º ano A, B, C, 4º ano A, e 5º ano A;

Desenvolver o Projeto folclore: Consiste em ações de resgate da cultura popular brasileira. Será realizado por toda a escola;

Colocar em prática o Projeto Amigos da escola. Consiste em uma ação de aproximação dos pais e escola, trazendo temas que abordem atitudes vivenciadas em sala de aula. Tais como: boas maneiras, higiene, alimentação, etc. este projeto será vinculado ao projeto voltei para florescer. Voltado para as creches I e II;

Implementar o Projeto Resgatando: Consiste em uma orientação aos pais por meio de palestras com profissionais da área que abordem temas referentes a valorização da família e o amor no seio da mesma. Voltado para as creches I e II;

Aplicar o Projeto Jardim com Arte. Visa conscientizar e prevenir toda a comunidade escolar em relação às doenças causadas pelo mosquito *Aedes aegypti*, preservar o meio ambiente, formar canteiros reutilizando pneus e garrafas pets, atentar para a utilização correta da água por meio da interação escola comunidade desenvolvendo a expressão corporal através de danças e músicas. Voltado para as turmas de Infantil I e II, creches I A e B e creche II A e B;

Desenvolver o Projeto Hora Cívica coletiva. Visa fortalecer o senso patriótico e atitudes de respeito ao próximo dentro de uma proposta de histórias que envolvem valores morais entre os membros da comunidade escolar e também por meio da exibição dos hinos de Santa Luzia e Hino Nacional. Toda a educação infantil e o ensino fundamental farão o momento cívico separadamente exceto na terceira terça-feira de cada mês que será reunido o ensino fundamental e educação infantil na quadra da escola para execução dos hinos;

Desenvolver o Projeto de Megafone: A Secretaria Municipal de Educação apresenta para a Rede de Ensino e comunidade o “Projeto Megafone: em alto e bom som, a escola a favor dos direitos da criança e do adolescente. ” A proposta surgiu da necessidade de fortalecer as redes de proteção à criança e ao adolescente e despertar a escola contra as manifestações de violação dos direitos das crianças: bullying, violência física, psicológica, exploração ou abuso sexual, trabalho infantil e outras. Sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância da proteção dos direitos da criança e do adolescente por parte da escola e da família relacionando conhecimento sobre bullying, trabalho infantil, violências e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Realizar o Projeto JEEP: É uma educação empreendedora proposta pelo Sebrae para o ensino fundamental incentiva os alunos a buscar o autoconhecimento, novas aprendizagens, além do espírito de coletividade. A ideia é a de que a educação deve atuar como transformadora desse sujeito e incentivá-lo à quebra de paradigmas e ao desenvolvimento das habilidades e dos comportamentos empreendedores. A solução educacional do Sebrae para esta etapa da Educação Básica é o curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos – JEPP, destinado a fomentar a educação e a cultura empreendedora. O curso procura apresentar práticas de aprendizagem, considerando a autonomia do aluno para aprender e o desenvolvimento de atributos e atitudes necessários para a gerência da própria vida (pessoal, profissional e social). Essa visão vai ao encontro dos quatro pilares da educação propostos pela Unesco:

Aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes; aprender a conhecer, isto é, adquirir os instrumentos; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente.

Aplicar o Programa Agrinho: é um programa do SENAR que visa desenvolver ações entre alunos do Infantil I, II e ensino fundamental e professores tem a finalidade de promover a consciência cidadã, abordando de maneira didática informações sobre saúde e preservação ambiental. O objetivo é estimular melhor qualidade de vida cidadã.

Aplicar o Projeto Mathematoteca: Este tem como foco principal a aprendizagem de matemática, integrando as crianças a métodos manipulativos e práticos do ensino dessa disciplina. Este visa proporcionar aos nossos alunos o enfrentamento e resolução de problemas para se tornarem pessoas ativas, críticas e autônomas se mobilizando para, buscar estratégias de resolução de problemas, interagindo entre si e tomando decisões assertivas.

Realizar o Projeto colcha de retalhos: Consiste na aproximação da família com a criança e com a escola. Envolve também a produção oral e escrita do momento de interação com os

pais para construção da colcha. Destinado a creche II A, B, Infantil II A, B, 2º ano A, 3º ano A e B;

Desenvolver o projeto Casadinho. Este consiste na junção de dois projetos: Análise, linguagem e pensamento que visa a produção oral e escrita passo a passo, e o projeto centopéia que incentiva a leitura.

O foco do CEMEB Maria de Nondas, então, é preparar, capacitar e possibilitar as crianças, um futuro digno de prosperidade material, espiritual e ético-cultural. Por isso, foi feito um levantamento do diagnóstico de toda a comunidade que possibilitou a construção parâmetros que vão de encontro a perspectiva de futuro deles. Enfim, o PPP (Projeto Político Pedagógico) foi desenvolvido para suprir as necessidades da escola, dos alunos, dos pais e da comunidade em geral para o ano de 2018. O Conselho de Classe é composto por 4 professores, pela secretaria escolar, diretora, coordenadoras e por dois pais (que representam a comunidade). Nessa escola toda são bastante prestativos, e participantes de todos os projetos da escola.

A Educação Infantil possui duas (2) turmas de Creche I A, quatro (4) turmas de Creche I B sendo duas (2) integrais e duas (2) de um período, quatro turmas de Creche II, cinco (5) turmas de Infantil I e cinco turmas de Infantil II, totalizando 502 alunos. Neste ano de 2018, a escola possui quatro (4) turmas de primeiro ano, três (3) turmas de segundo ano, três (3) turmas de terceiro ano, duas (2) turmas de quarto ano e duas (2) turmas de quinto ano, totalizando 448 alunos. Esta escola também atende em horário inverso ao de aula 190 alunos no Programa Novo Mais Educação. Os alunos Especiais com laudo médico ou alguns que não tiveram ainda condição de adquirir um laudo e que não renderam academicamente com os atendimentos do professor regente (trabalho individualizado e reforço escolar) são atendidos na sala multifuncional de acordo com suas necessidades (LUZIÂNIA, 2018).

Os colaboradores desse estudo foram educadores da unidade escolar da escola campo. Que possui 44 funcionários, porém este estudo será abordado somente com os docentes. Embora seja um número grande de professores, somente uma delas se dispõe a me ajudar neste trabalho. As demais alegaram falta de tempo ou de conhecimento. A não cooperação dos mesmos dificultou muito a finalização deste.

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (LAKATOS E MARCONI, 2003, p. 186).

Os estudos de campo apresentam muitas semelhanças com os levantamentos. Distinguem-se destes, porém, em relação principalmente a dois aspectos. Primeiramente, os

levantamentos procuram ser representativos de um universo definido e fornecer resultados caracterizados pela precisão estatística. Já os estudos de campo procuram muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis. Como consequência, o planejamento do estudo de campo apresenta muito maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados ao longo do processo de pesquisa (GIL, 2008, p. 57).

3.2 Análise

Na análise das informações busca-se compreender os objetivos dos estudos realizados. Ou seja, é a parte que apresenta os resultados do estudo no contrabalanço dos dados com a teoria (RAUEN, 1999). Nesse sentido, para a análise e interpretação das informações a pesquisa basear-se-á em Triviños (1999) que propõe que o processo de análise seja feito da seguinte forma: a) pré-análises: organização do material, b) descrição analítica dos dados: codificação, classificação, categorização e c) interpretação referencial: tratamento e reflexão.

No decorrer do desenvolvimento desta pesquisa que se deu no CEMEB – Centro Municipal de Educação Básica Maria de Nondas, localizado na rua Cristalina, quadra 18, área especial S/N, Bairro Jofre Parada, Luziânia – Goiás, sendo realizada com 8 educadoras que se dispuseram a responder a pesquisa, porém, só uma entregou e gravou o estudo, sendo este, um dos problemas para a conclusão deste trabalho. Os dados coletados foram salvos em mídia (CD) e descrito, onde o nome dos colaboradores foram trocados para manter o sigilo das mesmas.

O Roteiro de entrevista semiestruturada utilizado com as professoras, se encontra em anexo, embora somente uma se propôs a responder a entrevista. E meio as essas questões, a contribuinte destaca a época de fundação da escola e os atendimentos as crianças, a resposta foi:

Essa escola ela foi fundada em 1993, ela era um Centro de Atenção Integrada a Criança, por isso que ainda tem esse nome de CAIC até hoje. Então, atendia crianças integralmente, era uma escola, que foi bem estruturada na época, tinha muitos funcionários, mais do dobro que tem hoje. E não sei te dizer precisamente agora o número, que está documentado e eu não tenho acesso a essa documentação no momento. Mas era uma escola assim que contava com um número bem maior de funcionários. Hoje, nós temos ao todo 750 alunos, esses alunos, eles estão distribuídos entre alunos de educação infantil e ensino fundamental, educação infantil, nós atendemos de seis meses a cinco anos, do berçário ao infantil dois, esses alunos, alguns deles, ficam em tempo integral, tem alunos de dois aninhos que ficam em tempo integral e tem turmas de dois aninhos também que não é integral mais depende do interesse do pai. De seis meses a dois anos integral e daí por diante não mais. O ensino fundamental, nós contamos com 330 alunos hoje, distribuídos em turnos matutino e vespertinos, sendo que, temos também o programa novo mais alfabetização que atende 100 alunos no contra turno.

Acerca dessas colocações, Young (2007, p. 1297) ressalta que as escolas precisam cumprir um papel importante de igualdade social, considerando esse papel, a base de conhecimento do currículo. Para crianças desfavorecidos, sua participação na escola pode oferecer a única chance para adquirirem conhecimentos e caminharem sozinhas. Não se tornando peça de manipulação das suas condições natas e sem permanecer na mesma condição (YOUNG, 2007, p. 1297).

Acredito que a escola em questão manteve um papel social muito bom para essa comunidade, onde, mesmo trabalhando com o assistencialismo em sua fundação como tido Centro de Atenção Integrada a Criança, CAIC que visava atender a criança integralmente em 1993, hoje a sua realidade é outra. Atende algumas crianças ainda em tempo integral e grande parte delas, ficam meio período, o que favorece o desempenho de um excelente papel social a essa comunidade.

Quanto a quantidade de funcionários, grupo gestor e a infraestrutura da escola, a entrevistada destaca:

Nós temos oitenta funcionários, são os funcionários responsáveis pela manipulação de alimentos, são os que fazem o lanche das crianças, temos o pessoal da limpeza que hoje é uma empresa terceirizada que toma conta que não é mais funcionários da prefeitura. Gestores somos só com 3, diretor, eu como supervisora, secretaria tem a supervisora da educação infantil também, somos 4, ela é interina. A escola funciona, é ligada ao conselho escolar, é uma gestão democrática. É uma infraestrutura boa, nossa escola é bem ampla, hoje é um prédio, é podemos dizer antigo precisa sim de algumas reformas, mas que esbarramos também nesta questão, que um prédio que o governo federal que construiu não foi a prefeitura, então o governo federal que construiu para suprir a prefeitura, a prefeitura disse que não pode fazer modificações porque foi o governo federal que fez, também é um prédio, ele é feito de pré-moldados, até isso mesmo dificulta uma reforma, mas é um prédio amplo. Temos dois pisos, os pequenos ficam embaixo e os maiores ficam em cima. Temos várias salas, muitas salas aqui, é videoteca, biblioteca, refeitório, banheiros no térreo e no piso superior, temos duas salas de coordenação, que a da educação infantil fica no térreo e o fundamental fica no piso superior, temos a diretoria, a secretaria, contamos com uma área coberta, um campo, então temos uma área externa bem ampla.

A esse respeito, Elali (2003) aponta que as condições do ambiente, tais como a acústica da sala, a ventilação, temperatura e luminosidade, podem interferir, não somente no desempenho do aluno, mas também na saúde dos mesmos. Ao se considerar que o conforto térmico e o meio ambiente interferem no aproveitamento didático dos alunos em sala de aula, torna-se importante fazer avaliação do ambiente construído, com objetivo de melhorar a qualidade do ambiente ocupado pelos alunos.

Contudo, é visível que a quantidade de funcionários, gestores, infraestrutura e afins correspondem a essencialidade para o favorecimento da aprendizagem dos alunos. Este fato caracteriza a comunidade escolar e tudo que a escola juntamente com ela pode oferecer para propiciar a aprendizagem deles. O município e o Governo Federal precisam resolver seus

impasses, que sejam feitas as reformas necessárias à sua infraestrutura, melhorando ainda mais a qualidade de ensino que são ofertados aos alunos.

A questão ambiental salientada nesse trabalho, é vista pela entrevistada como uma questão relevante para a escola, onde ela enfatiza:

Em relação ao tema da monografia, sobre o meio ambiente, é uma questão que nos preocupa bastante, que na medida do possível, nós estamos sempre trabalhando com os pais, acredito sim nós já temos conquistas sim. Posso usar como referência, é a época que cheguei aqui em 2013, nós viemos assim que as pessoas tinham uma desvalorização maior em relação ao meio ambiente, não respeitava tanto, destruíam muito, se hoje joga lixo em qualquer lugar, jogavam mais. Uma planta que viam a gente ali plantando não conservava, quebrava, destruíam. Hoje não, a gente já vê que as próprias crianças quando uma ver a outra destruindo, jogando lixo ali mesmo já chama atenção, quando a gente passa nas salas e orienta percebe assim que as crianças já acatam melhor e até alguns pais já ajudam. Então é um desafio mesmo trabalhar na sistemática mais eu já percebo assim que nós já podemos perceber algumas conquistas sim. É uma comunidade que ainda tem uma cultura que não valoriza muito o meio ambiente, não vê que nós dependemos dele, ainda joga muito lixo, é por toda parte, isso a gente vê, termina de chupar um picolé e assim não tem pudor de jogar o papel no chão mesmo, essa cultura vai passando de pai pra filho. É muito importante sim nós trabalharmos essa questão ambiental continuamente na escola, é um trabalho de formiguinha, e é como o ditado diz mesmo: “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”, a gente não pode desistir.

Dentro dessas colocações, para Reigota (2002, p. 82), com base na educação ambiental, a escola, os conteúdos, e o papel do professor e dos alunos são colocados em uma nova situação, não apenas relacionada com o conhecimento, mas sim com o uso que fazemos dele e a sua importância para a nossa participação política cotidiana. O espaço escolar pode oferecer, aos sujeitos envolvidos no fazer pedagógico diário, a interlocução com os pressupostos da educação ambiental, como forma de contribuir para a reflexão do modo de vida na sociedade contemporânea.

Percebo que não basta ter vontade de fazer, é preciso poder ter apoio e consciência da importância do meio ambiente para a vida das pessoas. Assim, educação vem de berço. Cabe aos pais educar seus filhos de modo que venham a colaborar com o ambiente construindo uma nova sociedade ambiental.

No que se refere a importância do trabalho da Educação Ambiental nas escolas, ela responde:

A criança ela é leal. Ela leva pra casa mesmo o que aprendeu, é nisso a gente acredita, eles vão corrigindo os pais e a gente acredita sim que um mundo melhor pode vir acontecer, pode vir a existir. Por meio dessa nossa persistência. Aqui na escola é as folhas, as cascas usadas na cozinha infelizmente elas não têm um destino correto, elas ainda são postas no lixo, ainda são. No lixo. E geralmente algumas pessoas que recolhem ali e leva. Algumas pessoas pedem para separar, para dar para animais. Então esta questão assim. Não trabalhamos com a função de fabricação de adubo não. Infelizmente não. Meu sonho, desenvolver um projeto contínuo na escola, com apoio e parceria, dentro desta questão ambiental. A minha visão como educadora sobre o comportamento do aluno em suas ações do cotidiano escolar, é a que eu já falei anteriormente, a criança se espelha no que vê. Então, aqui na escola

eles ficam 5 horas e em casa, eles ficam 19 horas, então, infelizmente, a nossa comunidade é uma comunidade que tem uma cultura sim de não respeitar o meio ambiente. Lógico que não é generalizando, mas é uma boa parcela. Então, o que a criança vê em casa ela reproduz. Mas é a minoria que tem essa preocupação, que tem que um comportamento sadio quanto ao meio ambiente, esse tem nos ajudado e tem corrigido os colegas quando eles vêm destruindo. E o acréscimo que eu gostaria de colocar aqui para contribuir, seria esse mesmo, de termos mais parceiros, até mesmo, o governo ele investir mais nessa área, nós vemos muitos projetos isolados, projetos assim, a curto prazo, coisa assim mesmo pra cumprir um protocolo. A gente não perceber por parte dos governantes um empenho maior, uma questão mais aprofundada em relação ao meio ambiente. Infelizmente a gente ainda percebe isso. Mas é muito, bom saber que estudantes estão se empenhando nesse assunto. Se debruçando a estudar e a encontrar estratégias. Agradeço, e nos mais é isso mesmo”.

Em conformidade com as colocações da entrevistada, Quintas (2004, p. 127), “a Educação Ambiental, para cumprir a sua finalidade, conforme definida na Constituição Federal, na Lei 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e em seu Decreto regulamentador (4.281/02), deve proporcionar as condições para o desenvolvimento das capacidades necessárias; para que grupos sociais, em diferentes contextos socioambientais do país, exerçam o controle social da gestão ambiental pública.”

Nesse quesito, a respondente deixa claro seus anseios e intenções, vendo na criança a chave para a mudança dessa situação, mesmo que seja um trabalho lento e demorado. Com persistência e dedicação, tudo vai sendo ajeitado.

No contexto das respostas e das apreciações dos autores, fica perceptível que a Educação Ambiental quando ensinada na escola formaliza o ensino e constitui uma educação sistematizada, onde, cria uma possibilidade de construir um ensino de qualidade, e que garante o respeito ao ambiente e à vida do planeta que se vive.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo viabiliza a compreensão da educação ambiental na escola pesquisada, fazendo abordagens relevantes ao entendimento da importância do trabalho docente na rotina escolar ligadas às questões ambientais. Levando em consideração o CEMEB – Maria de Nondas – CAIC, cujo mesmo possui um espaço amplo e propício as questões ambientais, sendo ele, rico em folhas e dejetos próprio para a fabricação de adubos que deveriam ser geradores da horta escolar.

Mesmo contendo um espaço apropriado o mesmo não conta com funcionários e nem tão pouco, com parcerias constantes para realizar esse trabalho, onde, identificar a real necessidade do centro em questão já contabiliza em um bom começo. Outra questão bem típica da escola perfaz o fato da escola precisar de reparos e não poder serem feitos por ser uma obra federal e fica aquele “jogo de empurra” e nada é realizado.

Os professores estão preocupados com o ambiente, mas a comunidade local não valoriza o mesmo, sendo que a escola, dentro do que pode, tenta conscientizar os alunos dessa grande relevância para a própria sobrevivência. Mas com persistência, esta instituição já alcançando progressos, mesmo que curtos passos.

Em relação aos educadores, eles trabalham com o que podem e com as poucas parcerias que tem, bem como, o objetivo de pesquisa, demonstrar a preocupação em trabalhar a Educação Ambiental nesta escola. Daí o ensino e o respeito a natureza tornou - se essencial para a formação humana, ou seja, contabiliza no bem mais valioso a vida no planeta e a convivência em sociedade.

Assim, é crucial que se conheça a relação entre o ser humano e o meio ambiente e a sua extensa inter-relação com a propagação da vida no ambiente, pois, o conhecimento em Educação Ambiental favorece a redução dos problemas ambientais causados pelo mal-uso do homem a natureza.

Outro fator fundante, que dificultou a coleta dos dados está em melhorar a participação dos colaboradores em questão as pesquisas acadêmicas, tendo grande resistência em responder ou participar dos questionários. É preciso conscientizá-los a colaborar mais, para que o estudo acadêmico venha a colaborar com as pesquisas futuras acerca dessa temática.

Diante dos resultados apresentados na entrevista, o objetivo foi alcançado, pois, foi verificado que as docentes possuem consciência do trabalho sobre a Educação Ambiental, mesmo que algumas dificuldades apareçam. A comunidade local ainda é outro quesito que precisa ser mais bem trabalhado. Talvez, fornecendo a mesma de perceberem a utilidade do

ambiente para melhoria de suas vidas. A falta de comprometimento dos governantes acerca dessa questão também é outra questão bem polêmica, onde o meio ambiente não é valorizado por eles como deveriam. Assim, as propostas de Educação Ambiental precisam ser elencadas para ontem, percebendo no aluno o multiplicador do conhecimento ambiental para despertar, conservar e preservar o ambiente.

REFERÊNCIAS

- ASCELRAD, H. Nanotecnologias: **inovações para o mundo de amanhã**. Direção Geral de Investigação, Bruxelas. Meio Ambiente e Democracia. Rio de Janeiro, IBASE, p.19 Comissão Europeia, 1992.
- BARCELOS, Valdo. **Educação ambiental**: sobre princípios, metodologias e atitudes. Petrópolis: Vozes, 2008. (Coleção Educação Ambiental).
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 46. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº. 9.795: **Educação ambiental de 27 de abril de 1999**. Brasília: IBAMA, 1997.
- _____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8069 de 13/07/1990. Brasília, 1990.
- _____. **Constituição Federal**. Brasília, 1988.
- _____. MEC. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: 20 de dezembro de 1996
- _____. **Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9795**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 27 de abril de 1999. Disponível em:<www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 09 mai. 2018.
- _____. **Política Nacional do Meio Ambiente, Lei nº. 6.938**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 31 de agosto de 1981. Disponível em:<www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm> Acesso em: 09 mai. 2018.
- _____. Ministério da Educação. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): **razões princípios e programas**. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.
- CARNEIRO, Sílvia Ligon. **Escola amigos do verde**: resiliência, amorosidade e ciência para a sustentabilidade. 1 ed. Porto Alegre: Armazém Digital. 2011.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A invenção ecológica**: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental**: Princípios e Práticas. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.
- ELALI, G.A. O ambiente da escola: **uma discussão sobre a relação escola–natureza em educação infantil**. Estudos de Psicologia, v. 8, n. 2, p. 309-319, 2003.
- GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**. São Paulo. Petrópolis: Editora 2000.
- GUATTARI, Felix. **As três ecologias**. Campinas: Papyrus, 1990.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 11, março, 2003.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidades. Luziânia – GO, 2016. Disponível em: Acesso em: 26 set. 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1997. Resultado dos Dados Preliminares do Censo – 1997. www.ibge.gov.br/cidade@

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **A conjuntura da institucionalidade da política nacional de educação ambiental**. OLAM – Ciência & Tecnologia. Rio Claro, v. 2, n. – 1, p. 1-14, abril de 2002.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação ambiental transformadora identidade da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009.

LUZIÂNIA. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político Pedagógico**. Luziânia-GO: 2018.

Miles, M. B., & Huberman, A. M. **Qualitative data analysis: an expanded sourcebook**. 2 ed. Califórnia: Sage, 1994.

OLIVEIRA, Elísio Márcio de. **Educação ambiental: uma possível abordagem**. 2. ed. Brasília: IBAMA, 2000.

QUINTAS, José. **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. Brasília: IBAMA, 2000.

QUINTAS, José Silva. **Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória**. In: LAYRARGUES, P. P. (Org.). **Identities da educação ambiental brasileira**. Brasília: MMA/DEA, 2004. p. 113 – 140. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/livro_ieab.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

RAUEN, Fábio José. **Elementos de iniciação à pesquisa**. Rio do Sul: Nova Era, 1999.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 2002. (Série Questões de Nossa Época).

_____. **A Floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

- _____. **O que é educação ambiental**. São Paulo, Brasiliense. 2009.
- RUSCHEINSKY, A. Educação ambiental: **abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, p 183, 2002.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2000.
- SAVIANI, Demerval. **Sobre a natureza e especificamente da educação**. In: Saviani, D. Pedagogia histórico crítica: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez, 1994.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007
- SILVA, Thomas de Carvalho. **O meio ambiente na Constituição Federal de 1988**. Âmbito Jurídico. 2009. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revistas_artigos_leitura&artigo_id=5920. Acesso em: 09 de maio de 2018.
- SILVA, M. M. P.; LEITE, V. D. **Estratégias para realização de educação ambiental em escolas do ensino fundamental**. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 20, p. 1-21, jan/jun. 2008.
- SOUZA, Ana Katia. **A relação escola-comunidade e a conservação ambiental**. 2000. 89 fl. Monografia (Especialização em Educação Ambiental), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2000.
- TRIVIFINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- _____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1999.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- UNESCO. **Educação ambiental: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi**. Brasília: IBAMA, 1997.
- WWW/ECOPRESS. **A importância da educação ambiental na proteção da biodiversidade no Brasil**. Pdf. Proteção da Biodiversidade no Brasil.pdf. Disponível em Constituição da República Federativa do <http://www.ebah.com.br/a-importancia-da-ea-naprotecao-da-biodiversidade-no-brasil-pdf-pdf6515.html>. Acesso em: 02 abr. 2018.
- YOUNG, Michael. **Para que servem as escolas?** Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287- 1302, set./Dez. 2007. Disponível em: Acesso em: 19 dez. 2013.

Site:

http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revistas_artigos_leitura&artigo_id=5920. Acesso em: 09 de maio de 2018.

APÊNDICE
APÊNDICE A - ENTREVISTA

Instruções: Utilize este questionário para expressar sua opinião de forma clara e sincera. Através das conclusões extraídas da análise dos dados, serão disponibilizadas sugestões para a melhoria da qualidade do planejamento escolar nas unidades escolares. Não é necessário identificar-se. A sua participação é de fundamental importância. Esta pesquisa faz parte do trabalho de conclusão de curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás.

1 Contextualização da Entrevista (data, horário, local e cargo da pessoa entrevistada).

2 Pedir para o entrevistado/a se apresentar (cargo, tempo de trabalho na instituição ou empresa, formação ...).

3 Pedir para o entrevistado/a apresentar a instituição (fundação, nº de alunos, nº de professores, nº de funcionários, nº de gestores; apresentar a infraestrutura da instituição).

4 Ver como é trabalhada a temática da Monografia, Dissertação na instituição (se há Projetos/Programas voltados à temática pesquisada).

5 Perguntar sobre as conquistas e desafios na temática pesquisada (na opinião do entrevistado/a).

6 Como você acha importante trabalhar a Educação Ambiental continuamente na escola?

7 O que é feito das cascas e folhas usadas na cozinha e do lixo recolhido na escola?

8 Como educador gostaria de desenvolver na escola um trabalho contínuo em Educação Ambiental? Justifique sua resposta.

9 A escola costuma se engajar em campanhas ou debates relacionados ao meio ambiente? Justifique.

10 Qual sua visão como educador sobre o comportamento do aluno em suas ações no cotidiano escolar, referindo-se a Educação Ambiental?

11 Perguntar se o entrevistado/a possui mais alguma coisa para acrescentar.

12 Agradecer pela entrevista concedida.

ANEXOS

ANEXOS A - CARTA DE APRESENTAÇÃO



CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezado (a) Sr (a) Diretor (a): _____

Eu, **Francimária Gomes da Cunha**, acadêmico da Universidade Estadual de Goiás-UEG-Unidade Universitária de Luziânia, situada à Avenida do Trabalhador, gleba-B4, Bairro Industrial de Luziânia, do CURSO DE PEDAGOGIA, estou realizando uma pesquisa com o tema: **EDUCAÇÃO AMBIENTAL: REALIDADE E DESAFIOS NOS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL**, sob a orientação da Professor Dr. Jorge Manoel Adão e solicito autorização para realizar a coleta de dados nessa Instituição.

Informo ainda que, todas as informações serão mantidas em sigilo e terá somente finalidade acadêmica de apoio à pesquisa.

Agradeço, antecipadamente, a atenção dispensada e me coloco à sua disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário no telefone da Universidade Estadual de Goiás: 3620-6330.

Respeitosamente,

Francimária Gomes da Cunha

Luziânia-GO, ____ de _____ de 2018.

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PROFESSOR PARTICIPANTE).

O (a) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar do projeto: **EDUCAÇÃO AMBIENTAL: REALIDADE E DESAFIOS NOS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL** sob responsabilidade da Prof.º Jorge Manoel Adão e da aluna Francimária Gomes da Cunha.

O objetivo desta pesquisa é: investigar a realidade e desafios da Educação Ambiental nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, considerando que a Educação Ambiental deve fazer parte da rotina diária das escolas, propiciando aos educandos um ensino mais significativo; especificamente, um estudo a partir do Centro Municipal de Educação Básica – CEMEB – Maria de Nondas, situado em Luziânia, estado de Goiás (GO), esta pesquisa justifica-se, pelo fato de que a Educação Ambiental contribui para a formação do cidadão, pois um educando quando consciente contribui para um desenvolvimento sustentável que propicie a recuperação do meio ambiente, onde, na escola a criança aprende a valorizar e a respeitar o meio em que vive e que se está inserida, sendo está sua relevância.

O (a) senhor (a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá sendo mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo (a). O (a) Senhor (a) pode se recusar a responder qualquer questão (no caso da aplicação de um questionário) que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo para o (a) senhor (a).

A sua participação será da seguinte forma na entrevista individual. Além disso, cinco de suas aulas serão observadas pelo pesquisador e as atividades realizadas por você, em sala de aula, serão filmadas e acompanhadas pelo pesquisador. O tempo estimado para sua realização: 04 meses.

Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade Estadual de Goiás de Luziânia – GO, podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais utilizados na pesquisa ficarão sobre a guarda do pesquisador.

Se o (a) Senhor (a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor telefone para: Prof.º Jorge Manoel Adão, na Universidade Estadual do Goiás, telefone: 3620-6330.

Nome / assinatura
 Pesquisador Responsável
 Luziânia-GO, ____ de _____ de _____.

ANEXO C - DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**Declaração de Autenticidade**

Neste documento, eu **Francimária Gomes da Cunha**, declaro que este trabalho é de minha autoria e o uso de todas as fontes escritas e de material de qualquer natureza utilizado na produção deste documento foi devidamente e apropriadamente reconhecido. Também declaro aqui ter conhecimento do teor da Lei nº 9.610/98, que versa sobre plágio de trabalho intelectual de qualquer natureza e que tenho consciência das consequências desta lei no âmbito civil e criminal.

Francimária Gomes da Cunha